

APECA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DAS EMPRESAS
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO

Dec.-Lei n.º 20-C/2020, de 07 de Maio

Nota explicativa elaborada para a APECA
por
Albano Santos - Advogado

O Dec.-Lei n.º 20-C/2020, de 07 de Maio, veio alterar os apoios concedidos aos trabalhadores independentes e aos gerentes das empresas.

Num e noutro caso, os fundamentos do acesso ao apoio são atestados por declaração do próprio sob compromisso de honra. No caso de estarem sujeitos ao regime de contabilidade organizada, a certificação será feita pelo contabilista certificado.

O apoio antes atribuído apenas aos sócios gerentes de empresas sem trabalhadores ao serviço foi alterado.

Assim e face ao citado Dec.-Lei n.º 20-C/2020, passam a beneficiar do apoio os *gerentes* (e não apenas os sócios gerentes) das sociedades por quotas e membros dos órgãos estatutários de fundações, associações ou cooperativas, que:

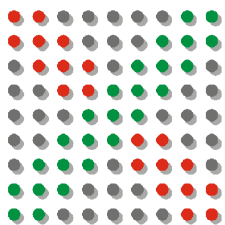
- Estejam abrangidos apenas pelo regime dos MOE;
- Sejam gerentes numa única entidade;
- Que essa entidade, no ano anterior, tenha tido uma facturação inferior a 80.000 € comunicada através do E-factura.

O apoio financeiro corresponde a:

- Valor da base de incidência contributiva com os limites máximos de 1 IAS e mínimo de ½ IAS, nos casos em que a base de incidência for inferior a 1,5 IAS;
- Se a base de incidência for igual ou superior a 1,5 IAS, o valor do apoio será de 2/3 desse montante, com o limite máximo do SMN.

Deixou de ser exigido o anterior requisito de a empresa não ter trabalhadores ao serviço, o que significa o alargamento do campo de aplicação do apoio aos gerentes.

O prazo do apoio é de um mês, prorrogável mensalmente até ao limite de seis meses, *desde que se mantenha o fundamento invocado para o pedido inicial* (paragem total da actividade ou quebra de facturação).



APECA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DAS EMPRESAS
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO

O apoio financeiro aos trabalhadores independentes e aos gerentes, nos termos referidos, *depende da retoma da actividade no prazo de oito dias, caso o fundamento invocado tenha sido a paragem total da actividade em consequência da pandemia do Covid-19, por determinação legal ou administrativa.*

O apoio é pago a partir do mês seguinte ao do requerimento, mantendo-se a obrigação contributiva.

Passam a poder beneficiar do apoio os *trabalhadores independentes* que em Março/2020 estavam abrangidos apenas pelo regime dos independentes que *tenham iniciado a actividade há mais de doze meses mas sem o mínimo de três meses seguidos ou seis interpolados de contribuições nos últimos doze meses, ou que tenham iniciado a actividade há menos de doze meses e ainda não pagaram contribuições ou ainda que estejam isentos da obrigação contributiva por, no ano anterior, terem estado sujeitos à contribuição mínima de 20 €.*

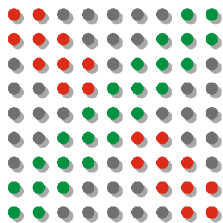
Este apoio extraordinário tem a duração de um mês, podendo ser prorrogado até três meses, tendo por limites máximo $\frac{1}{2}$ do IAS e mínimo 93,45 €.

A partir do mês seguinte ao da cessação do apoio o TI terá de proceder ao pagamento de contribuições, ainda que não tenham decorrido doze meses sobre o início da actividade ou não tenha rendimentos. Isto significa que, neste caso, o TI acaba por devolver, no todo ou em parte, o apoio recebido.

Quem não estiver abrangido por um regime obrigatório de protecção social e declare o início ou reinício de actividade independente pode também beneficiar de um apoio do valor de $\frac{1}{2}$ do IAS, por um período de dois meses.

Todavia, fica obrigado a manter a actividade durante mais 24 meses, com pagamento de contribuições. Neste caso, *vai pagar em contribuições mais do que o apoio recebido*. Ou seja, trata-se de um empréstimo com juros. Por isso, apoio sem qualquer interesse.

Foi também alterado o Artº 9º do Dec.-Lei nº 10-F/2020, no sentido de permitir o direito ao *diferimento de contribuições a cargo do empregador*, relativas aos meses de Março, Abril e Maio/2020, por 3 ou 6 meses sem juros, que não tenham pago $\frac{1}{3}$ das contribuições e quotizações devidas no primeiro mês de adesão a esta medida (Março ou Abril, consoante os casos) *desde que procedam ao pagamento imediato desse valor acrescido de juros de mora.*



APECA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DAS EMPRESAS
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO

Os apoios aos trabalhadores independentes sem o requisito do pagamento de contribuições nos últimos doze meses ou que estavam fora do sistema de segurança social, *podem ser requeridos até 30 de Junho*, não sendo cumuláveis com outras prestações sociais.

Foram ainda reduzidos os prazos de garantia para acesso ao subsídio de desemprego.

Porto, 11 de Maio de 2020

ALBANO SANTOS
ADVOGADO